



APOSTAS

Às vésperas da eleição, governo proíbe bets

Lula anuncia veto às plataformas de jogos no país e determina que sites devolvam saldo a usuários. Presidente também lança programa para compra de dívidas. Pacote de medidas para reduzir endividamento das famílias ocorre a nove dias do pleito

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo anunciou ontem um pacote de medidas que combina a proibição de apostas de quota fixa, as chamadas bets, e ações para reduzir o endividamento das famílias. O conjunto inclui duas medidas provisórias e um projeto de lei encaminhado ao Congresso. As medidas foram publicadas na edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU). As decisões ocorrem às vésperas das eleições, nas quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca a recondução.

A medida provisória que trata das apostas determina o fim da exploração e da oferta de bets no país. Também ficam proibidas a intermediação e a publicidade relacionadas às plataformas de jogos on-line.

Com a publicação da MP, ontem, não poderão ser realizados novos aportes nas contas utilizadas pelas plataformas de apostas. Os usuários terão até as 23h59 de 5 de outubro para retirar os valores mantidos nas bets.

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, os saldos deverão ser devolvidos integralmente pelas empresas por meio do sistema bancário. Em 8 de outubro, os bancos receberão informações sobre os valores vinculados aos CPFs dos usuários. Caso o apostador não consiga retirar os recursos dentro do prazo, os bancos que operam para as plataformas deverão fazer a devolução entre 9 e 14 de outubro. A Caixa Econômica Federal também poderá intermediar a devolução dos recursos em casos de dificuldade.

A MP estabelece ainda o fim das novas contratações de publicidade das bets. Os contratos já existentes poderão ser executados até 5 de outubro. A partir do dia seguinte, as plataformas deixarão de operar legalmente no país, com previsão de bloqueio de sites e aplicativos e encerramento dos patrocínios legais relacionados às apostas. “A partir do dia 6 de outubro, não tem site, não tem aplicativo e não tem patrocínio legal das bets no país”, enfatizou Durigan.

O governo também prevê o reforço da fiscalização contra plataformas ilegais, com participação do Ministério da Justiça, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de parcerias com grandes empresas de tecnologia.

Segundo Durigan, os mecanismos de pagamento também serão utilizados para impedir a movimentação financeira das plataformas. A intenção é bloquear

transferências via Pix, TED e outros meios para CNPJs identificados como relacionados a apostas on-line.

O Executivo informou ainda que utilizará uma ferramenta de inteligência artificial para localizar sites e aplicativos irregulares. A tecnologia fará varreduras em busca de plataformas ilegais e poderá acionar Anatel, Banco Central, Polícia Federal e Receita Federal para a derrubada dos serviços identificados.

A segunda medida provisória anunciada pelo governo cria o Desenrola Brasil 3.0, destinado à regularização de dívidas inadimplidas de pessoas físicas e à proteção dos consumidores contra o endividamento.

O programa integra o pacote apresentado pelo governo para enfrentar o endividamento das famílias. A iniciativa prevê a realização, em novembro de 2026, de um leilão estimado em R\$ 150 bilhões em dívidas bancárias.

A medida faz parte da estratégia apresentada pelo governo junto às ações contra as apostas, relacionando a proteção financeira dos consumidores ao enfrentamento do endividamento provocado pelas plataformas.

Ao justificar a proibição, Lula afirmou que as apostas têm contribuído para o **endividamento** e provocado problemas de saúde mental entre brasileiros. O presidente relatou casos de pessoas que teriam perdido grandes quantias e criticou a ausência de mecanismos suficientes de controle das plataformas. “Eu tomei a decisão de tomar medida dura e drástica necessária. É como câncer, ou tira tumor, ou tumor vai matar a gente”, afirmou. Lula citou o caso de um pequeno empresário que teria acumulado dívida de R\$ 2,2 milhões com **apostas**, vendido o próprio comércio e um bem do pai e escondido a situação de familiares e amigos antes de buscar tratamento.

“O cassino está na cozinha, está na sala. O cassino está com o aposentado, está com uma criança de 13, 14 anos, pega o cartão do pai e faz o que quiser. Ou seja, é preciso ter um controle”, declarou.

As MPs precisam ser analisadas pelo Congresso. Para se tornarem definitivas, deverão ser aprovadas pela Câmara e pelo Senado dentro de até 120 dias.

Projeto de Lei

Além da MP, o Planalto encaminhou ao Congresso um projeto de lei que define conceitos e tipifica crimes relacionados às apostas de quota fixa. Pela proposta, quem operar ou explorar bets de

Medidas anunciadas

A partir da publicação da MP, bets ficam proibidas, e quem aposta pela plataformas terá o saldo em dinheiro de volta. Veja o que diz o texto

PARA O APOSTADOR

Até 23h59 do dia 5 de outubro

■ Retirada voluntária do dinheiro disponível na plataforma

De 9 a 14 de outubro

■ Bancos que operam com as bets têm de devolver o dinheiro a apostadores que não retiraram os recursos voluntariamente

PARA AS BETS

A partir de 6 de outubro

■ Sites e aplicativos saem do ar

7 e 8 de outubro

■ As plataformas têm de informar aos bancos os saldos dos apostadores por CPF

A partir de 14 de outubro

■ Em caso de qualquer impedimento, a Caixa intermediará a devolução aos apostadores

PUBLICIDADE E PATROCÍNIO

Até 23h59 de 5 de outubro

■ Prazo para as bets retirarem todas as pegs e ações de publicidade, propaganda e marketing, tanto nos meios físicos quanto digitais. O mesmo prazo será dado para a retirada de marcas oriundas de contratos de patrocínio.

Desaprovação de Lula

O endividamento das famílias é apontado nas pesquisas de intenção de voto para o pleito de outubro como uma das causas da desaprovação do governo Lula.

Governo regulamentou

A restrição às bets surge após o próprio governo regulamentar, há 3 anos, o funcionamento das casas de apostas e tratar a medida como solução ao “caos” deixado na área pela gestão de Jair Bolsonaro (PL).

maneira irregular poderá receber pena de quatro a seis anos de prisão, além de multa.

O texto também prevê responsabilização para influenciadores que obtenham ganhos com a divulgação de apostas ilegais. Nesses casos, a pena poderá chegar a quatro anos de prisão.

Outra conduta que passará a ser tratada como crime é o uso de



FISCALIZAÇÃO

■ O governo reforçará a remoção de sites ilegais e as investigações das movimentações financeiras.

■ Força-tarefa de vários órgãos de governo reforçará a fiscalização.

■ Integração de forças e compartilhamento de informações estratégicas.

■ Reforço da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Polícia Federal.

COMO OCORRE A FISCALIZAÇÃO

■ Proibição de qualquer transferência bancária para apostas

■ Identificação e derrubada de sites ilegais

■ Bloqueio de contas bancárias usadas ilegalmente para apostas

■ Destinação dos recursos para segurança pública

Valdo Virgo/CB/D.A Press

» Fazenda diz que não devolverá outorgas

O governo incluiu na MP que acaba com as bets um dispositivo proibindo ressarcimento e indenização às plataforma. Contudo, representantes das empresas afirmam que toda a MP é inconstitucional e estudam ações judiciais para tentar derrubá-la. Além de devolução parcial das outorgas de R\$ 30 milhões, com validade de cinco anos, que precisaram ser pagas pelas bets, as plataformas pretendem pedir indenização por lucros cessantes e reparações por investimentos bilionários feitos desde 2025.

lavagem de dinheiro. Está prevista a criação de uma nova coordenação na Polícia Federal voltada à recuperação de ativos e ao enfrentamento à lavagem de dinheiro. Estrutura semelhante será implantada na Secretaria de Direitos Digitais (Sedigi).

Leia a repercussão entre clubes de futebol na página 19

Empresas protestam

» RAPHAEL PATI

Empresas e entidades que representam o mercado de bets no Brasil protestaram contra a medida provisória do governo. Elas apontam “retrocesso” em um mercado já consolidado e ameaçam acionar a Justiça para reverter a MP. Também dizem que atuarão no Congresso para evitar a aprovação pelos parlamentares, que terão prazo de 90 dias para ratificar a medida.

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) avalia que a proibição indica uma “ruptura do marco regulatório” instituído pelo próprio governo há pouco mais de dois anos. A nota cita potencial risco à atividade econômica e lembra que as empresas “realizaram investimentos, contrataram profissionais, desenvolveram sistemas, celebraram contratos e pagaram outorgas para cumprir as exigências estabelecidas pela regulamentação”.

Outra reclamação é a possibilidade de que seja ampliado o número de apostas em plataformas clandestinas, que ainda operam à margem da regulamentação.

Autoritarismo

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) acredita que uma postura radical do governo federal em relação ao mercado de apostas on-line une o Brasil a uma série de países autoritários, como China, Coreia do Norte, Cuba, Arábia Saudita e Brunei, que restringiram 100% a atuação das bets em seus territórios. Além disso, eles apontam que o Brasil deixa de seguir o modelo de regulação adotado pela maioria das democracias ocidentais, como Reino Unido, França e Portugal, onde há apenas regulamentação sobre o uso delas.

Um grupo formado por oito movimentos liberais também se posicionou contra a proibição. A nota, assinada pelo Instituto Livre Mercado, Instituto Liberdade, Ranking dos Políticos, Lola Brasil, Atlantos, Clube Farroupilha e Juventude Libertária de Sergipe, ressalta que, no momento da regulamentação, as bets pagaram uma outorga de R\$ 30 milhões para operar por cinco anos, além de identificar cada apostador, recolher tributos e seguir regras de publicidade pelo jogo responsável.

Reprodução



Lula: “Sonho em transformar este país num país de classe média”

Em jantar, Lula acena a empresários

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu empresários e representantes do setor produtivo em um jantar, ontem, em um hotel de São Paulo. Às vésperas do primeiro turno, o encontro foi promovido pelos grupos Esfera, Prerrogativas e Parlatórios e marcou o segundo compromisso do petista com representantes do setor produtivo em um mês.

Em discurso aos convidados, Lula afirmou que o governo encontrou um caminho para recuperar a responsabilidade fiscal e disse ter um sonho: “Eu sonho em transformar este país num país de classe média”, afirmou. Segundo o

presidente, o crescimento da renda dos trabalhadores também pode ampliar o consumo e favorecer as empresas.

O chefe do Executivo defendeu que os empresários compreendam a relação entre aumento dos salários e expansão do mercado consumidor. “Vocês empresários precisam compreender que o trabalhador ganhando mais vai resultar em vocês ganharem mais”, argumentou.

Ele também associou responsabilidade fiscal à manutenção de políticas sociais. Ao criticar a ideia de reduzir gastos com programas de inclusão, afirmou que cortes nessa área poderiam

aprofundar a pobreza. “Se a gente não tem responsabilidade social junto com a responsabilidade fiscal, a gente não resolve o problema do país”, declarou.

Rigor fiscal

Entre os empresários presentes estavam Milton Maluhy, do Itaú; Rubens Ometto, da Cosan; Joesley Batista, da J&F; Gustavo Pimenta, da Vale; Alexandre Nogueira, da Light; Carlos Sanchez, da EMS; Lirio Parisotto, da Innova; Antonio Scala, da Enel; e Marcos Almeida, da Brookfield. Também participaram executivos, advogados e economistas.

A expectativa de parte dos empresários foi resumida pelo CEO do Itaú, Milton Maluhy, antes do evento. “Aguardamos um aceno de rigor fiscal”, frisou.

Lula estava acompanhado do vice-presidente Geraldo Alckmin, do candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, e das candidatas da coligação governista ao Senado pelo estado, Marina Silva e Simone Tebet.

Os presidentes dos três bancos públicos também participaram do encontro: Aloizio Mercadante, do BNDES; Tarciano Medeiros, do Banco do Brasil; e Carlos Vieira, da Caixa Econômica Federal. (FS)